



**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

15

234

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 0138818-5/02**

**EMBARGANTE:** CODEQUIP LTDA

**EMBARGADO:** MUNICÍPIO DO RECIFE

**RELATOR:** Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 535 DO CPC.**

- 1- Ainda que os Embargos de Declaração vise apenas o prequestionamento explícito da matéria discutida na demanda, não ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas no art. 535, do CPC, não há como serem acolhidos.
- 2- Embargos declaratórios rejeitados. À unanimidade.

4964

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0138818-5/02, em que são embargantes a CODEQUIP e embargado o MUNICÍPIO DO RECIFE, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, mantendo incólume o Acórdão embargado, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 97 de Janeiro de 2009

**Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**

**- Relator/Presidente -**



**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

16

233

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 0138818-5/02**

**EMBARGANTE:** CODEQUIP LTDA

**EMBARGADO:** MUNICÍPIO DO RECIFE

**RELATOR:** Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**RELATÓRIO**

A CODEQUIP ingressou com os presentes Embargos Declaratórios em face de Acórdão proferido pela Sétima Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, nos autos da Apelação Cível nº 0138818-5.

Argumenta o Embargante, em suas razões recursal, que sua pretensão é tão-somente provocar o prequestionamento das questões federais debatidas na causa, sem, contudo, pretender a rediscussão da causa, por está ciente, embora discorde, do entendimento exarado por essa Egrégia Câmara quanto ao desfecho do recurso originário.

É o relatório.

Recife,

24 de Janeiro de 2003

**JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**

**- Desembargador Relator -**



**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

17  
✓  
236

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 0138818-5/01**

**EMBARGANTE:** CODEQUIP LTDA

**EMBARGADO:** MUNICÍPIO DO RECIFE

**RELATOR:** Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**VOTO**

Os presentes Aclaratórios foram intentados pela CODEQUIP com o escopo de que sejam prequestionadas as questões federais debatidas na causa.

O Acórdão, objeto do presente Recurso Integrativo, e que julgou o Recurso de Apelação interposto contra sentença de primeiro grau, não se encontra eivado de nenhum dos vícios ensejadores da interposição de novos Embargos, posto que se refere ao prequestionamento das questões federais discutidas na demanda.

Temos que em sede de Embargos de Declaração o objeto restringe-se àquele estabelecido nos incisos I e II do art. 535 do Estatuto dos Ritos, *in verbis*:

**"Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:**

**I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;**

**II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal."**

No que tange ao pedido de prequestionamento das questões sobre as quais o Acórdão teria deixado de mencionar, cabe esclarecer que, ante a inocorrência de qualquer vício que enseje a interposição de Embargos Declaratórios, mesmo havendo o requerimento de prequestionamento explícito da matéria, os embargos não merecem ser acolhidos nesse ponto, sob pena de contrariar o disposto no art. 535 do CPC.

Corroborando tal entendimento, bastante elucidativo as decisões abaixo colacionadas:



18  
237

**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**Ementa PROCESSO CIVIL. «EMBARGOS» DE «DECLARAÇÃO». «PREQUESTIONAMENTO». REJEIÇÃO.** Os presentes aclaratórios pretendem, além de prequestionar dispositivos legais, rediscutir a matéria decidida no acórdão guerreado, no intuito de modificar o resultado do julgamento proferido por este órgão. Ora, os «embargos» declaratórios não constituem o meio idôneo a elucidar seqüência de indagações acerca de pontos de fato; e nem se prestam para ver reexaminada a matéria de mérito, ou tampouco para a aplicação de dispositivo legal ou ainda para obrigar o magistrado a renovar a fundamentação do decisório (RJTJ-RS 148/166). Ademais, mesmo nos casos de prequestionamento, os aclaratórios devem ser embasados em hipótese de omissão, contradição ou obscuridade - o que não se verifica na hipótese em tela, pois os pontos relevantes para o deslinde da questão foram objeto de exame e de decisão através do acórdão ora combatido, não se mostrando necessário, como se sabe, que o órgão julgador verse acerca de todas as alegações apresentadas pelas partes, afinal o juiz não está obrigado a responder todas as alegações dos litigantes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por eles e tampouco responder um a um todos os seus argumentos (RJTJESP 115/207). O simples interesse em prequestionar não conduz a que se dispense a demonstração de existência de qualquer das causas que ensejam os «embargos» de «declaração». Unanimemente, conheceu-se, porém rejeitou-se o Recurso de «Embargos» de «Declaração». Decisão Por unanimidade, foram conhecidos, porém rejeitados os declaratórios (grifos nossos)

(Embargos de Declaração 138944-0/02; Comarca Recife; Número de Origem 01389440; Relator Antenor Cardoso Soares Junior; Órgão Julgador 1º Grupo de Câmaras Cíveis; Data de Julgamento 24/9/2008)

**Ementa EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL DECIDIDO COM BASE NO ART. 557 DO CPC. POSSIBILIDADE. OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO.**

**I -** Por se tratar de recurso manifestamente improcedente e em confronto com Súmula, é admissível o julgamento do Recurso Especial por decisão monocrática, com base no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.

**II -** A intenção de prequestionar matéria constitucional, para a interposição de eventual Recurso Extraordinário, não se coaduna com a via eleita. Embargos de Declaração rejeitados. (grifos nossos)

(EDcl no AgRg no Ag 716070 / SP; EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2005/0175770-0;



**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

19

238

Relator(a) Ministro SIDNEI BENETI; Órgão Julgador TERCEIRA TURMA;  
Data do Julgamento 25/11/2008; Data da Publicação/Fonte DJe  
19/12/2008)

**Ementa EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA.**

**1 - Os embargos de declaração somente são cabíveis quando presente, ao menos, uma das hipóteses previstas no artigo 535 do Código de Processo Civil.**

**2 - A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento visando à interposição do apelo extraordinário, não podem ser acolhidos quando inexistentes omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida.**

**3 - Embargos declaratórios rejeitados.** (grifos nossos)  
(EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1023592 / PB; EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL; 2008/0011134-3; Relator(a) Ministro PAULO GALLOTTI (1115); Órgão Julgador SEXTA TURMA; Data do Julgamento 11/11/2008; Data da Publicação/Fonte DJe 19/12/2008)

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pela **rejeição** dos presentes Aclaratórios, para manter incólume o Acórdão prolatado nos autos da Apelação Cível nº 0138818-5.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife,

24 de Janeiro de 2009

**JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
- Desembargador Relator -